

*José Carvalho dos Reis Júnior*

---

**Estado de Exceção  
no Direito Penal e  
Processual Penal  
Brasileiro**

---

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2020

*Copyright* © 2020 by José Carvalho dos Reis Júnior

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

R375e

Reis Júnior, José Carvalho dos  
Estado de exceção no direito penal e processual penal  
brasileiro / José Carvalho dos Reis Júnior. Rio de Janeiro  
: Lumen Juris, 2020.  
172 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 151-160.

ISBN 978-65-5510-263-5

1. Direito penal. 2. Abuso de poder. 3. Processo penal -  
Brasil. 4. Exceções (Direito). I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>1 Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2 Princípios Caracterizadores do Sistema de Garantias.....</b>	<b>5</b>
2.1 Princípios e valores tutelados.....	8
2.2 Princípios regentes .....	10
2.2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana .....	10
2.2.2 Princípio do Devido Processo Legal .....	14
2.3 Princípios constitucionais penais.....	19
2.3.1 Princípio da legalidade penal.....	19
2.3.2 Princípio da humanidade.....	27
2.3.3 Princípio da culpabilidade .....	30
2.3.4 Princípio da proporcionalidade.....	32
2.3.5 Princípio da individualização da pena.....	34
2.3.6 Princípio da intranscendência da pena, ou responsabilidade pessoal .....	36
2.4 Princípios processuais penais .....	38
2.4.1 Princípio da presunção de inocência ou estado inicial de inocência .....	38
2.4.2 Princípio da ampla defesa .....	41
2.4.3 Princípio do contraditório .....	43
2.4.4 Princípio do juiz natural e imparcial .....	46
2.4.5 Princípio da duração razoável do processo e da prisão cautelar.....	49
2.4.6 Princípio da vedação das provas ilícitas .....	52
<b>3 Estado de Exceção.....</b>	<b>57</b>
3.1 Soberania como elemento do Estado .....	58
3.2 Conceito de Estado de direito e sua evolução.....	60

3.2.1 Evolução histórica do conceito de Estado.....	61
3.2.2 Estado Democrático de Direito.....	66
3.3 Segurança jurídica.....	71
3.4 Estado de exceção .....	75
3.4.1 Origem do Estado de exceção, o iustitium romano .....	78
3.4.2 Evolução teórica do Estado de exceção, de Schmitt para Agamben.....	82
3.4.3 Estado de exceção x Estado de sítio/defesa.....	87
3.4.4 Conceito de Estado de exceção como objeto de estudo.....	91
3.4.5 Ativismo Judicial.....	97
<b>4 Episódios de Estado de Exceção no Brasil .....</b>	<b>105</b>
4.1 Sistema penitenciário brasileiro .....	107
4.2 Deturpação na aplicação da Teoria do Domínio do Fato .....	115
4.3 A irresponsabilidade penal por crime de interceptação ilegal.....	121
4.4 Execução da pena em segunda instância, relativização da presunção de inocência .....	126
4.5 Autorização ilegal de abortamento .....	135
<b>5 Considerações Finais .....</b>	<b>147</b>
<b>Referências .....</b>	<b>151</b>